

DESPACHO CONJUNTO Nº 07/2020

ASSUNTO: REGRESSO À ATIVIDADE PRESENCIAL NO CAMPUS

Considerando a *Recomendação e esclarecimento às instituições científicas e de ensino superior: Elaboração de planos para levantamento progressivo das medidas de contenção motivadas pela pandemia COVID-19*, de 17 de abril de 2020, emanada do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Instituto Superior de Novas Profissões, tendo por objetivo corresponder ao enunciado pelo MCTES, elaborou um **Plano de Regresso ao Campus: Novamente juntos... Mas com distância**.

Considerando que este Plano, atento à relevância de todo o documento, procura dar resposta, em particular às seguintes orientações contidas no referido documento do MCTES, nomeadamente que:

- “(...) até 30 de abril de 2020, as instituições científicas e de ensino superior elaborem planos para levantamento progressivo das medidas de contenção atualmente existentes, incluindo a reativação faseada de atividades letivas e não letivas com presença de estudantes. (...)”;
- “(...) estimulem a continuação da adoção de processos de ensino e aprendizagem a distância e de teletrabalho, mas promovendo, sempre que possível, a sua combinação gradual e efetiva com atividades presenciais, designadamente destinadas a aulas práticas, laboratoriais e avaliação final; (...)”;
- “contemplem (...) todas as medidas que garantam o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde competentes e as normas técnicas em vigor, nomeadamente ao nível sanitário e de higiene, garantindo sempre condições de distanciamento social e assegurando a utilização por todos de equipamentos de proteção individual, designadamente máscaras de uso geral”;
- “deem prioridade, nos termos do parágrafo anterior:
 - a. à adoção de procedimentos de avaliação presencial de aprendizagens, sempre que o recurso a plataformas tecnológicas não seja considerado adequado;
 - b. ao funcionamento de serviços de apoio à atividade dos estudantes e das comunidades em geral, designadamente serviços de alimentação, alojamento, bibliotecas e instalações desportivas.”

Considerando ainda que para o MCTES “a implementação dos planos para levantamento progressivo das medidas de contenção atualmente existentes (...) fica sujeita à alteração do atual estado de emergência, devendo as instituições estar preparadas para a sua concretização faseada a partir de 4 de maio de 2020”.

Considerando o anteriormente referido, a Direção e a Administração priorizam as seguintes **cinco orientações**:



1.º - Manter o regime de ensino a distância das unidades curriculares (UC) cujo o cumprimento dos objetivos previstos pode e tem estado a ser plenamente garantido nessa modalidade;

2.º - Adotar procedimentos de avaliação presencial de aprendizagens, sempre que o recurso a plataformas tecnológicas não seja considerado adequado.

3.º - O regresso à vida no *campus* deve ser sempre um ato de livre opção dos alunos, que não resulta de qualquer imposição, mas sim do desejo e necessidade de retomar uma normalidade possível que a todos poderá beneficiar. Em nenhuma circunstância deve o aluno sentir-se coagido a retornar ao *campus*, se para tal considera que não reúne condições, devendo sempre nessas situações, informar o instituto através dos contactos disponibilizados para esse fim.

4.º - Assegurar a lecionação da totalidade de horas letivas definidas para a unidade curricular, respeitando os objetivos de ensino-aprendizagem fixados, bem como a realização das avaliações às mesmas no cumprimento do definido nas FUC.

5.º - Dar cumprimento às recomendações das autoridades de saúde competentes e às normas técnicas em vigor, nomeadamente ao nível sanitário e de higiene.

Considerando o exposto, e ouvidos os Órgãos do Instituto,

Decide-se:

1.º - Aprovar o ***“Plano de Regresso ao Campus: Novamente juntos... Mas com distância”***, doravante ***“Plano de Regresso”***, a que toda a Comunidade Académica fica sujeita, **anexo a este Despacho Conjunto**.

& A aplicação das normas e dos procedimentos definidos serão monitorizados e adaptados às determinações e recomendações das Autoridades.

2.º - De acordo com o definido no ***“Plano de Regresso”***, retomar a atividade presencial no *campus* que seja imprescindível, em ordem ao cumprimento da missão do instituto, dos compromissos assumidos e dos objetivos de ensino-aprendizagem estabelecidos, nomeadamente:

a) A 4 de maio, abertura dos Serviços, para efeitos de organização, apenas para Funcionários e Colaboradores;

b) A 11 de maio, autorização de frequência do *Campus* a Alunos, Docentes e Investigadores, com autorização de reuniões a grupos inferiores a 5 pessoas;



c) A 18 de maio, regresso à atividade presencial nomeadamente as avaliações que não possam ser efetuadas na modalidade de ensino a Distância.

3.º - Alterar o calendário escolar para o ano letivo 2019/2020, nos seguintes termos:

- a) O dia 16 de junho como final para lecionação de aulas e respetiva avaliação contínua das unidades curriculares que são integralmente lecionadas em regime de ensino a distância;
- b) O período entre 22 de junho e 03 de julho para Exames de 1ª Época;
- c) O período entre 06 e 31 de julho para a época de Exames de Recurso;
- d) O período entre 01 e 16 de setembro para a época especial;

4.º - Manter suspensas as atividades presenciais, que juntem mais de 5 pessoas, como eventos de natureza cultural ou científica, até que oficialmente se determine a sua possibilidade e sempre no cumprimento das regras impostas pelas Autoridades.

5.º - Manter a suspensão de regime de faltas a todas as unidades curriculares, garantindo a todos os alunos regularmente inscritos o acesso à avaliação das unidades curriculares, nos termos definidos na FUC.

6.º - Em coordenação com a Direção de Gestão e Planeamento Académico, devem-se reorganizar o calendário de avaliações presenciais, cumprindo a totalidade de horas letivas definidas e considerando as normas de segurança definidas no “*Plano de Regresso*”.

7.º - Permitir a alteração, por substituição ou adição, da distribuição de serviço docente sempre que os Docentes afetos a unidades curriculares a ser lecionadas em regime presencial não possam assegurar as aulas por pertencerem a *Grupo de Risco*, em conformidade com o definido no “*Plano de Regresso*”.

8.º - As avaliações a realizar, quer em regime de avaliação contínua, quer por recurso, devem assegurar o cumprimento dos objetivos de ensino-aprendizagem definidos na FUC, podendo integrar:

a) Elementos de avaliação originalmente definidos, compatíveis com a entrega, correção e classificação recorrendo ao ensino a distância, nomeadamente:

- i. trabalhos individuais e/ou de grupo;
- ii. testes realizados através de plataformas digitais;
- iii. provas e exercícios em contexto de aula.



b) Elementos de avaliação que, cumprindo os objetivos originalmente definidos, e de acordo com a especificidade da unidade curricular, são adaptados para compatibilização com o ensino a distância, sendo possível a alteração de provas escritas presenciais por provas orais, obedecendo aos critérios definidos neste Despacho Conjunto.

c) Outras formas de avaliação, adequadas à especificidade de cada unidade curricular, assegurando o registo da avaliação efetuada, em ordem ao cumprimento dos requisitos estabelecidos na Regulamento de Avaliação em uso, nomeadamente no que respeita ao registo e arquivo das provas.

9.º - As provas de avaliação com recurso a ensino a distância, quer em avaliação contínua, quer em avaliação de recurso, obedecem aos seguintes critérios:

a) A apresentação de trabalhos, individuais ou de grupo, é realizada em sessões síncronas, abertas a todos os alunos regularmente inscritos, seguindo o disposto no definido para provas orais (alínea b), se em avaliação de recurso (exame);

b) As provas orais devem ser realizadas de forma individual (por aluno), perante um Júri, presidido pelo Docente da unidade curricular e composto por mais dois Docentes do ciclo de estudos, das quais é lavrada ata fundamentada, indicando as questões colocadas, os níveis de resposta e a apreciação e classificação final que, substituindo as provas escritas, estão sujeitas aos mesmos procedimentos de registo e arquivo definidos no Regulamento de Avaliação em uso, devendo os Docentes, em articulação com os Coordenadores dos ciclos de estudos:

i. definir um horário para a realização das provas, nomeando os membros do Júri e elaborando tabela com a informação, a ser previamente entregue à aprovação da Direção do Instituto, que após homologação a envia à Direção de Gestão e Planeamento Académico e aos Serviços de Recursos Humanos;

ii. Proceder à divulgação dos horários a todos os alunos inscritos na unidade curricular através de publicação no Moodle, e eventual difusão pelos endereços de correio eletrónico registados no sistema;

c) A realização de provas escritas em aulas síncronas, nomeadamente as realizadas através de plataformas digitais, exigem que o aluno possua transmissão em direto da imagem vídeo;

d) O registo de presenças em prova de avaliação é efetuado a partir da lista de presenças manual elaborada pelo docente da unidade curricular, considerando que o TEAMS não permite extrair relatório

10.º - A época especial de exames que decorrerá em setembro, inclui a totalidade das unidades curriculares lecionadas no 2.º semestre e será de natureza presencial, se assim for determinado na Ficha de Unidade Curricular, inicialmente definida.

11.º - Todos os alunos regularmente inscritos à unidade curricular podem usufruir da época especial de exames, em setembro, estando isentos do pagamento do emolumento devido, mas sujeitos a inscrição à prova;

12.º - Alterar o Despacho n.º 02/2020, de 23 de março, revogando a necessidade de, pelo menos, 50% da classificação final ser reflexo de provas presenciais, podendo, em observância às normas dispostas no presente Despacho Conjunto e ao "*Plano de Regresso*" ser a avaliação ajustada à modalidade de ensino a distância.

13.º - O disposto no Despacho Conjunto n.º 06/2020, de 23 de março, relativo ao adiamento de entrega de trabalhos finais mestrado e da realização de estágios em qualquer ciclo de estudos, é igualmente aplicável:

a) a trabalhos de fim de curso;

b) a trabalhos de natureza similar em cursos não conferentes de grau.

14.º - Este Despacho Conjunto entra imediatamente em vigor.

À Comunidade Académica apela-se à maior civilidade e ao cumprimento pleno das recomendações emanadas pelos Órgãos da Instituição.

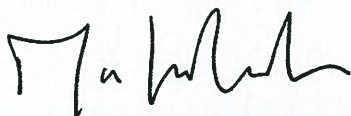
O regresso parcial às atividades presenciais é essencial, em ordem ao cumprimento do nosso compromisso junto de todos os estudantes do Instituto Superior Novas Profissões.

Contamos com a colaboração ativa e empenhada de todos, em ordem a ultrapassarmos mais este desafio. Vamos voltar a estar juntos...mas à distância.

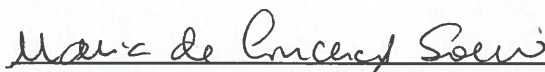
Lisboa, 28 de abril de 2020.

A Diretora

A Secretária-Geral



Prof.ª Doutora Mafalda Patuleia



Prof.ª Doutora Maria da Conceição Soeiro